

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ENCARREGADO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ENCARREGADO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A liberdade de expressão e a publicidade enganosa

Um dos grandes problemas do consumidor na sociedade capitalista é o de sua dificuldade em se defender publicamente contra tudo o que lhe fazem de mal. Se ele é enganado, sofre um dano etc., tem de recorrer aos órgãos de proteção ao consumidor ou contratar um advogado. É verdade que, com as redes sociais da *internet* e o surgimento de *sites* de reclamações, aos poucos, ele vai encontrando um caminho para expressar sua insatisfação com os produtos e serviços adquiridos e, também, contra toda forma de malandragem existente.

Mas, ainda é pouco diante do poder de fogo de certos fornecedores que se utilizam de todas as maneiras de comunicação existentes no mercado, tais como publicidade massiva nas redes sociais, tevês, rádios, nos jornais e revistas ainda existentes etc., e que fazem promoções milionárias constantemente, que se servem de mídias integradas, se utilizam de artistas e esportistas famosos para divulgar seus produtos (em confessionais ou por meio de *merchandising* e participação em anúncios), enfim, é mesmo uma luta desproporcional.

Muito bem. A liberdade de expressão é uma das mais importantes garantias constitucionais. Ela é um dos pilares da democracia. Falar, escrever, se expressar é um direito assegurado a todos.

Mas, esse direito, entre nós, não só não é absoluto, como sua garantia está mais atrelada ao direito de opinião ou àquilo que para os gregos na antiguidade era crença ou opinião (“doxa”). Essa forma de expressão aparece como oposição ao conhecimento, que corresponde ao verdadeiro e comprovado. A opinião ou crença é mero elemento subjetivo. A democracia dá guarida ao direito de opinar, palpitar, lançar a público o pensamento que se tem em toda sua subjetividade. Garante também a liberdade de criação.

Todavia, quando se trata de apontar fatos objetivos, descrever acontecimentos, prestar informações de serviços públicos ou oferecer produtos e serviços no mercado, há um limite que controla a liberdade de expressão. Esse limite é a verdade.

Com efeito, por falar em Grécia antiga, repito o que diziam: “mentir é pensar uma coisa e dizer outra”. A mentira é, pois, simples assim.

Examinando essa afirmação, vê-se que mentir é algo consciente; é, pois, diferente do erro, do engano, que pressupõe desconhecimento (da verdade), confusão subjetiva do que se expressa ou distorção inocente dos fatos.

Em nosso sistema jurídico temos leis que controlam, em alguns setores, a liberdade de expressão na sua realidade objetiva. Veja-se, por exemplo, a imposição para que a testemunha, ao depor em Juízo, fale a verdade. Do mesmo modo, os advogados e as partes têm o dever de lealdade processual, proibindo-se que intencionalmente a verdade dos fatos seja alterada, adulterada, diminuída, aumentada etc. Esse dever de

lealdade – em todas as esferas: administrativa, civil e criminal – é a ética fundamental da verdade imposta a todos.

O mesmo se dá no regime de produção capitalista. Com base nos princípios éticos e normativos da Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) regulou expressamente a informação e a publicidade enganosa, proibindo-a e tipificando-a como crime.

No que diz respeito, pois, às relações jurídicas de consumo, a informação e a apresentação dos produtos e serviços, assim como os anúncios publicitários não podem faltar com a verdade daquilo que oferecem ou anunciam, de forma alguma, quer seja por afirmação quer por omissão. Nem mesmo manipulando frases, sons e imagens para de maneira confusa ou ambígua iludir o destinatário do anúncio: o consumidor. A lei quer a verdade objetiva e comprovada e, por isso, determina que o fornecedor mantenha comprovação dos dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Aproveito esse ponto para eliminar uma confusão corrente quando se trata de criação e verdade em matéria de relações de consumo: não existe uma ampla garantia para a liberdade de criação e expressão em matéria de publicidade. O artista goza de uma garantia constitucional de criação para sua obra de arte, mas o publicitário não.

Um anúncio publicitário é, em si, um produto realizado pelo publicitário ou coletivamente pelos trabalhadores da agência. Sua razão de existir se funda em algum produto ou serviço que se pretenda mostrar e/ou vender. Dessa maneira, se vê que a publicidade não é produção primária, mas instrumento de apresentação e/ou venda dessa produção. Ora, como a produção primária de produtos e serviços tem limites precisos na lei, por mais força de razão o anúncio que dela fala. Repito: a liberdade de criação e expressão da publicidade está limitada ao regramento legal. Por isso, não só não pode oferecer uma opinião (elemento subjetivo) como deve sempre falar e apresentar a verdade objetiva do produto e do serviço e suas maneiras de uso, consumo, suas limitações, seus riscos para o consumidor etc. Evidentemente, todas as frases, imagens, sons etc. do anúncio publicitário sofrem a mesma limitação.

Além disso, é de considerar algo evidente: o anúncio será enganoso se o que foi afirmado não se concretizar. Se o fornecedor diz que o produto dura seis meses e em dois ele está estragado, a publicidade é enganosa. Se apresenta o serviço com alta eficiência, mas o consumidor só recebe um mínimo de eficácia, o anúncio é, também, enganoso etc. Enfim, será enganoso sempre que afirmar algo que não corresponda à realidade do produto ou serviço de acordo com todas as suas características.

As táticas e técnicas variam muito e todo dia surgem novas, engendradas em caros escritórios modernos onde se pensa frequentemente em como impingir produtos e serviços iludindo o consumidor.

(Rizzatto Nunes. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/abc-do-cdc/387046/a-liberdade-de-expressao-e-a-publicidade-enganosa>. Acesso em: 25/05/2023.)



Questão 01

Considerando o texto apresentado, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- A) Pode-se concluir que, para o autor, a liberdade de expressão não se trata de um direito, mas sim de um dever do cidadão.
- B) Na construção da argumentação sobre a liberdade de expressão, o autor utiliza uma hipérbole ao falar sobre verdade e mentira.
- C) Há um tipo específico de questão que assola o cidadão, a mais relevante em uma sociedade capitalista: a falta de diálogo em sua defesa.
- D) Diante dos mais variados meios de publicidade atuais, os recursos existentes para que haja proteção para o consumidor são insuficientes, mas não inexistentes.

Questão 02

Em um dos trechos destacados a seguir é possível reconhecer a ocorrência de indeterminação do sujeito, de modo a caracterizar a generalização do enunciado quanto a tal informação; indique-o.

- A) “[...] *contra tudo o que lhe fazem de mal.*” (1º§)
- B) “*Mas, esse direito, entre nós, não só não é absoluto,* [...]” (4º§)
- C) “[...] *há um limite que controla a liberdade de expressão.*” (5º§)
- D) “[...] *temos leis que controlam, em alguns setores, a liberdade de expressão [...]*” (8º§)

Questão 03

Diante do discurso textual, pode-se afirmar que o tema em torno do qual gravitam subtemas está corretamente indicado em:

- A) Limites entre a liberdade de expressão e a publicidade enganosa.
- B) A ausência da liberdade de expressão diante da publicidade enganosa.
- C) O processo de construção da cidadania em detrimento do direito à liberdade de expressão.
- D) A propaganda enganosa e o conflito de gerações mediante os avanços dos meios tecnológicos de divulgação.

Questão 04

Sobre as características concernentes à tipologia textual apresentada, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A linguagem utilizada no texto é capaz de contribuir para caracterizar o público ao qual é dirigido.
- () Em sua conclusão, o autor desvincula-se de qualquer envolvimento subjetivo com o assunto tratado, prezando, assim, pela credibilidade do tema apresentado.
- () O texto apresenta como principal objetivo comunicativo a expressão e defesa de uma tese, baseada em argumentos e análise de proposição, que poderá ser discutida em um debate público.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.

Questão 05

Considerando os trechos destacados a seguir, é possível reconhecer além do emprego da coesão referencial, cuja relação semântica é notória, um outro tipo de coesão – a coesão por elipse – em:

- A) “*Essa forma de expressão aparece como oposição ao conhecimento, [...]*” (4º§)
- B) “*Um dos grandes problemas do consumidor na sociedade capitalista é o de sua dificuldade em se defender [...]*” (1º§)
- C) “*A liberdade de expressão é uma das mais importantes garantias constitucionais. Ela é um dos pilares da democracia.*” (3º§)
- D) “*É verdade que, com as redes sociais da internet e o surgimento de sites de reclamações, aos poucos, ele vai encontrando um caminho [...]*” (1º§)

Questão 06

De acordo com o texto, para que a principal questão referenciada no texto pelo articulador seja amenizada em um processo de possível solução, é necessário que:

- A) O direito de opinião seja estabelecido e considerado como prioridade pelos vários segmentos da sociedade civil e órgãos governamentais.
- B) O resultado das atividades exercidas pela publicidade, cujo destino é um determinado público-alvo esteja de acordo com determinados padrões preestabelecidos.
- C) Haja plena interação e transparência entre consumidor e fornecedor, de modo a proporcionar um diálogo aberto entre as partes interessadas e associadas pelo instrumento da publicidade.
- D) Embora haja grandes entraves para a regulação de agências de publicidade, a liberdade de expressão precisa de ser-lhes assegurada para que o seu principal papel de prestar serviços à sociedade seja exercido.

Questão 07

Ao afirmar, no 2º§, que “*ainda é pouco diante do poder de fogo de certos fornecedores*”, é possível afirmar que o autor emprega na estruturação do enunciado:

- A) Características da metalinguagem para que a mensagem alcance seu objetivo comunicacional.
- B) Expressão subjetiva que aciona sentidos dependentes da situação comunicativa, revelando juízo de valor.
- C) Expressão cujo sentido literal demonstra o poder de convencimento dos fornecedores diante do público consumidor.
- D) Linguagem técnica que extrapola o campo semântico do assunto tratado no texto com o objetivo de enfatizar a informação apresentada.

Questão 08

Em “*Um dos grandes problemas do consumidor na sociedade capitalista é o de sua dificuldade em se defender publicamente contra tudo o que lhe fazem de mal.*” (1º§), o vocábulo destacado pode ser reconhecido, sintaticamente, como:

- A) Predicativo do objeto.
- B) Predicativo do sujeito.
- C) Complemento verbal direto.
- D) Complemento verbal indireto.

Questão 09

De acordo com os sentidos produzidos no contexto em que estão inseridos, os vocábulos destacados não poderiam ser substituídos pelas sugestões apresentadas, com EXCEÇÃO de:

- A) “A opinião ou crença é mero elemento subjetivo.” (4º§) / inepto
- B) “Mas, esse direito, entre nós, não só não é absoluto, [...]” (4º§) / trépido
- C) “As táticas e técnicas variam muito e todo dia surgem novas, engendradas em caros escritórios modernos [...]” (14º§) / forjadas
- D) “Nem mesmo manipulando frases, sons e imagens para de maneira confusa ou ambígua iludir o destinatário do anúncio: o consumidor.” (10º§) / esqualida

Questão 10

O emprego da expressão “publicidade massiva” (2º§) de acordo com o contexto relaciona-se com:

- I. Provocação exagerada da publicidade ao informar acerca dos produtos ofertados e seus reais benefícios.
- II. Utilização das mais variadas mídias no processo de construção de argumentos capazes de persuadir o público a que a publicidade se destina.
- III. Procedimento abusivo do fornecedor em uma sociedade em que o objetivo de provocar o consumo em níveis consideráveis é uma realidade.

Está correto o que afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 11

“Mas, esse direito, entre nós, não só não é absoluto, como sua garantia está mais atrelada ao direito de opinião ou àquilo que para os gregos na antiguidade era crença ou opinião (“doxa”). Essa forma de expressão aparece como oposição ao conhecimento, que corresponde ao verdadeiro e comprovado. A opinião ou crença é mero elemento subjetivo. A democracia dá guarida ao direito de opinar, palpitar, lançar a público o pensamento que se tem em toda sua subjetividade. Garante também a liberdade de criação.” (4º§). Sobre os sentidos produzidos no trecho destacado é possível inferir que:

- A) Democracia é um conceito que se relaciona totalmente à opinião subjetiva opondo-se ao conhecimento que pode ser comprovado.
- B) A negação quanto ao direito citado anteriormente ao trecho destacado permite reconhecer a ausência de tal direito diante do contexto explicitado pelo articulador.
- C) Há uma relação que caracteriza como distintos conceitos como opinião e conhecimento, tal distinção, porém, não permite que um anule o outro, mas que sejam observados separadamente.
- D) As questões subjetivas estão associadas ao direito de opinião, direito esse que somente será assegurado a partir do comprometimento com o conhecimento advindo da observação da realidade de fato.

Questão 12

Pode-se afirmar, quanto à pontuação, que o período: “*Todavia, quando se trata de apontar fatos objetivos, descrever acontecimentos, prestar informações de serviços públicos ou oferecer produtos e serviços no mercado, há um limite que controla a liberdade de expressão.*” (5º§) apresenta um dos empregos da vírgula de acordo com a justificativa:

- A) Distinção de orações subordinadas e coordenadas.
- B) Separação de uma sequência enumerativa coordenada.
- C) Intercalação de explicação de referente já introduzido no texto.
- D) Promoção de organização dos elementos do período em uma sequência gradativa de importância.

Questão 13

Em “A mentira é, pois, simples assim.” (6º§), é possível afirmar, em relação ao termo destacado e seu efeito de sentido provocado na oração, que

- A) indica uma explicação.
- B) promove uma reflexão.
- C) pode ser substituído por conjunção concessiva.
- D) demonstra que uma conclusão acerca do enunciado anterior é estabelecida.

Questão 14

Considerando o tipo textual apresentado e suas características, pode-se afirmar que:

- A) Por meio de argumentos subjetivos, o articulista defende uma opinião particular acerca do uso abusivo da publicidade.
- B) Os argumentos empregados pelo articulista são a tese defendida sobre a defesa do consumidor diante da publicidade enganosa.
- C) Por meio da exposição de argumentos, o enunciador cria uma narrativa capaz de convencer o seu interlocutor dos prejuízos causados pela propaganda enganosa.
- D) Ao utilizar uma referência textual de reconhecida autoridade, associando-a a outros tipos de argumentos, o articulista constrói uma argumentação coerente que sustenta a tese defendida.

Questão 15

Em “Falar, escrever, se expressar é um direito assegurado a todos.” (3º§), pode-se afirmar que o emprego da crase seria obrigatório se:

- A) O pronome “todos” fosse substituído por “todas”.
- B) O termo “asegurado” fosse modificado para sua forma nominal no gerúndio.
- C) O complemento “a todos” fosse substituído por expressão equivalente semanticamente.
- D) O pronome “todos” fosse substituído por substantivo feminino singular antecedido de artigo feminino.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 16

Um grupo contém 50 Procuradores Jurídicos que exercem, ao menos, uma das seguintes atribuições:

- I. Assessorar os Vereadores e demais funcionários do Legislativo nos assuntos jurídicos da Câmara.
- II. Defender, judicial ou extrajudicial, os interesses e direitos da Câmara.
- III. Auxiliar as comissões nos trabalhos legislativos, quanto aos aspectos jurídicos e legais.

Sobre estes profissionais, sabe-se que:

- Apenas 6 Procuradores Jurídicos exercem as atribuições I, II e III;
- O número de procuradores jurídicos que exercem as atribuições I e II é duas unidades menor que o número de Procuradores Jurídicos que exercem as atribuições I e III;
- O número de procuradores jurídicos que exercem as atribuições II e III excede em duas unidades o número de Procuradores Jurídicos que exercem as atribuições I e III; e,
- Exatamente 13, 7 e 6 Procuradores Jurídicos exercem, respectivamente, apenas as atribuições I, II e III.

Com base nestas informações, qual o número de Procuradores Jurídicos que exercem a atribuição II?

- A) 21.
- B) 25.
- C) 29.
- D) 32.

Questão 17

O setor de Recursos Humanos de uma empresa emite um relatório, mensalmente, contendo informações atualizadas sobre seus funcionários. No relatório do último mês, 65% dos funcionários possuem mais de 5 anos de trabalho na empresa. Além disso, 80% dos funcionários moram na capital do Estado. Considerando os funcionários que moram na capital do estado, 30% deles possuem um tempo de trabalho menor ou igual a 5 anos na instituição. Se um funcionário for selecionado aleatoriamente deste relatório, a probabilidade de que ele tenha mais de 5 anos de trabalho na empresa e não more na capital do estado trata-se de:

- A) 0,09.
- B) 0,15.
- C) 0,24.
- D) 0,30.

Questão 18

Na última edição do Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, os organizadores promoveram um jantar de encerramento no quinto dia do evento. Foram ofertadas 12 diferentes refeições e cada participante do Congresso escolheu duas refeições, distintas ou não. Desconsiderando a ordem das duas refeições escolhidas, quantas combinações diferentes de opções cada participante possui?

- A) 66.
- B) 78.
- C) 116.
- D) 144.

Questão 19

Os amigos Fabrício, Gustavo e Heitor trabalham em uma mesma repartição pública exercendo profissões distintas. Um deles é Analista Legislativo, outro é Encarregado de Compras e Licitações, e o outro é Encarregado de Recursos Humanos. Sobre estes três amigos, considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

- Fabrício é mais alto que o Encarregado de Compras e Licitações;
- Gustavo é Analista Legislativo; e,
- Heitor não é o mais baixo dos três.

É correto afirmar que:

- A) Heitor é o mais baixo.
- B) Fabrício é mais baixo que Gustavo.
- C) O Encarregado de Recursos Humanos é o mais alto.
- D) Gustavo é mais alto que o Encarregado de Compras e Licitações.

Questão 20

Júlio trabalha em uma instituição como responsável pelos pedidos de compras e licitações. Após uma mudança no sistema de cadastro das solicitações, Júlio precisa catalogar novamente todos os pedidos efetuados no último mês e reservou uma semana, exclusivamente, para isso. Na segunda-feira, ele catalogou 1/5 dos pedidos mais 3. Já na terça-feira, ele catalogou 1/3 dos pedidos que sobraram mais 2. Considerando os pedidos restantes do dia anterior, 1/6 deles foi catalogado por Júlio na quarta-feira. Sabendo-se que ainda faltam 30 pedidos para serem catalogados até o fim desta semana, quantos pedidos foram efetuados no último mês?

- A) 45.
- B) 57.
- C) 60.
- D) 75.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 21

Encarregado de Compras e Licitações de determinado município recebeu um processo interno requerendo a compra de itens relacionados à Tecnologia da Informação. Ao realizar a análise do referido processo, algumas dúvidas surgiram sobre a classificação dos itens de *hardware*, que constavam na discriminação. Segundo o processo em questão, foram solicitados:

- I. Adquirir, considerando o menor preço de mercado, os dispositivos de entrada: teclado *slim* preto USB – padrão ABNT2; *mouse* óptico USB sem fio preto; microfone USB para computador; e, leitor de código de barras com fio USB.
- II. Adquirir, considerando o menor preço de mercado, os dispositivos de saída: monitor 19.5 polegadas LED HD – HDMI; caixa de som USB; *headset* com fio com microfone com redução de ruído; e, impressora térmica não fiscal.
- III. Adquirir, considerando o menor preço de mercado, os dispositivos híbridos: *Pen Drive* 32 GB; disco rígido 1 TB interno 3.5 Sata3; *scanner* portátil de mesa *duplex*; e, placa de rede – *wireless*.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 22

Na Câmara Municipal de determinado município, um servidor investido no cargo de Encarregado de Recursos Humanos recebeu um computador configurado com o Sistema Operacional *Microsoft Windows 11* (configuração padrão – idioma Português-Brasil) para realizar as atividades diárias pertinentes ao seu cargo. Na realização de um controle de contratos, o servidor construiu o seguinte cenário:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
Abril.xlsx	15/05/2023 20:03	Planilha do Micro...	7 KB
Fevereiro.xlsx	15/05/2023 20:03	Planilha do Micro...	7 KB
Janeiro.xlsx	15/05/2023 20:03	Planilha do Micro...	7 KB
Maio.xlsx	15/05/2023 20:03	Planilha do Micro...	7 KB
Marco.xlsx	15/05/2023 20:03	Planilha do Micro...	7 KB
Prestacao de contas.pptx	15/05/2023 20:05	Apresentação do ...	0 KB

Considerando este cenário e que nenhuma ação anterior foi executada, se o servidor pressionar em sequência o conjunto de teclas **Ctrl + S**, **Ctrl + D** e **Ctrl + Z**, o Sistema Operacional

- A) não selecionará nenhum arquivo; não removerá arquivos para a lixeira; e, nenhuma ação será desfeita.
- B) exibirá a aba de pesquisa; removerá os arquivos de forma definitiva; e, moverá o cursor para o primeiro arquivo do diretório.
- C) atualizará todos os arquivos; removerá os arquivos de forma definitiva; e, em seguida, irá refazer a última operação recuperando os arquivos para o diretório original.
- D) selecionará todos os arquivos; removerá movendo-os para a lixeira; e, em seguida, irá desfazer esta última operação recuperando os arquivos para o diretório original.

Questão 23

Considere a seguinte planilha produzida por certo servidor público, utilizando a planilha de cálculo eletrônica *Microsoft Office Excel 2019* (configuração padrão – Idioma Português-Brasil), para representar o total gasto por setor em cada ano:

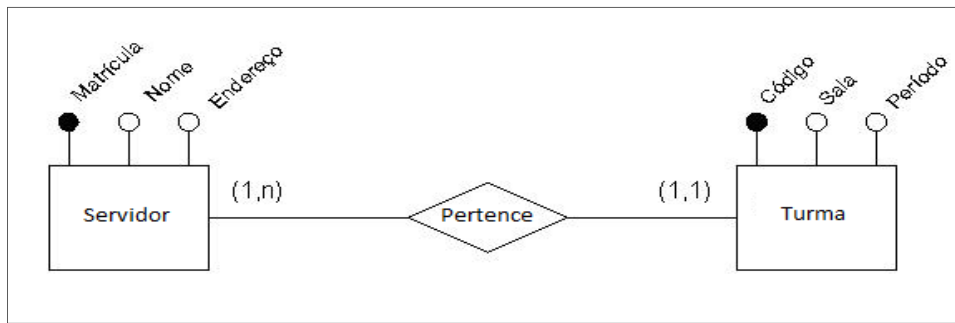
	A	B	C	D	E	F	G
1	Setor	2023	2022	2021	2020	2019	2018
2	Secretaria administrativa	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 40.600,00	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 61.250,00
3	Secretaria jurídica	R\$ 41.260,00	R\$ 43.000,00	R\$ 44.400,00	R\$ 45.000,00	R\$ 56.200,00	R\$ 30.000,00
4	Administração financeira	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 52.300,00	R\$ 54.100,00
5	Administração de tecnologia	R\$ 20.980,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 12.600,00	R\$ 31.900,00	R\$ 13.709,00
6	Administração de serviços gerais	R\$ 15.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 5.000,00
7							
8							
9							
10							

Está **INCORRETO** o que se afirma em:

- A) Se na célula B7 for digitada a fórmula =MÉDIA(E2:E6), será apresentado o valor médio gasto no ano de 2020 por todos os setores.
- B) Se na célula B8 for digitada a fórmula =MÁXIMO(B2:G6), será apresentado o valor máximo gasto, considerando todos os setores e todos os anos.
- C) Se na célula B9 for digitada a fórmula =SE(SOMA(B2:B6)>200000;MÁXIMO(B2:B6);MÍNIMO(C2:C6)), será recuperado o valor máximo gasto para o ano de 2023.
- D) Se na célula B10 for digitada a fórmula =SOMASE(A2:A6;"=Secretaria*";D2:D6), será apresentado o valor gasto em 2021 por todos os setores iniciados com o termo "Secretaria".

Questão 24

O servidor Monteiro, investido no cargo de Analista Legislativo de determinada câmara Municipal, recebeu do setor de tecnologia o diagrama entidade-relacionamento de um novo projeto de capacitação de servidores que será implementado no sistema de gestão interno:



Considerando o modelo anterior, analise as afirmativas que apresentam a adequada relação dos itens com os tipos de dispositivo.

- I. Uma turma pode não estar associada a uma ocorrência de servidor.
- II. Um servidor pode pertencer a uma única turma.
- III. Para cada servidor será armazenado a matrícula, o nome e o endereço.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 25

Na operacionalização interna da Câmara Municipal de determinado município, um servidor redigiu o documento “Contrato2023_Original.docx”, montando um contrato de locação de equipamentos descrevendo todas as etapas necessárias para a realização desta operação. Em seguida, enviou o documento por e-mail para que o supervisor realizasse a sua leitura. Entretanto, o supervisor identificou diversos pontos em que seriam necessárias modificações para adequar o texto à legislação vigente do município. Para não editar o documento original, ele fez uma cópia com o nome “Contrato2023_Revisado.docx” e as suas edições. Ao receber novamente e ler o arquivo, o servidor comparou os dois documentos para identificar as intervenções, ao documento original, a fim de compreender melhor os itens incorretos. “Considerando que na Câmara Municipal é utilizado o editor de textos Microsoft Office Word 2019 (configuração padrão – idioma Português-Brasil), o servidor poderá realizar a tarefa com o próprio recurso de comparação de arquivos disponível na ferramenta, na guia _____, no grupo _____, clicando em _____ e, em seguida, clicando em _____, para seguir com as configurações para comparação.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) exibir / arquivos / comparar / comparar duas versões de um documento
- B) revisão / arquivos / ferramentas / identificar diferenças nos documentos
- C) exibir / comparar / ferramentas / identificar diferenças nos documentos
- D) revisão / comparar / comparar / comparar duas versões de um documento

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO

Questão 26

De acordo com o texto constitucional, a República é formada tendo em conta uma série de princípios fundamentais. Além disso, a união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal é estruturada de acordo com o princípio

- A) federativo.
- B) da cidadania.
- C) do pluralismo político.
- D) da dignidade da pessoa humana.

Questão 27

O nepotismo é vedado em qualquer dos Poderes da República por força dos princípios constitucionais da impessoalidade, eficiência, igualdade e moralidade, independentemente de previsão expressa em diploma legislativo. Neste sentido:

- A) Basta haver relação de parentesco, por afinidade, para a configuração do nepotismo em hipóteses que atinjam ocupantes de cargos políticos.
- B) Em regra, a proibição vista na Súmula vinculante 13 se aplica para cargos públicos de natureza política, como, por exemplo, Secretário Municipal.
- C) É indevida a nomeação de parentes para cargos públicos de natureza política na hipótese de inequívoca falta de razoabilidade da indicação, por manifesta ausência de qualificação técnica.
- D) A situação em que há relação de parentesco entre a pessoa nomeada e a autoridade que exerce ascendência hierárquica ou funcional sobre a autoridade nomeante excepciona a previsão constante na Súmula vinculante 13.

Questão 28

A inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas é um direito garantido pelo constituinte que não pode ser objeto de emenda que vise suprimi-lo ou aboli-lo. No ordenamento jurídico brasileiro, garante-se proteção a este direito individual em caso de:

- A) Situação necessária à administração da justiça.
- B) Circunstância que exige a manutenção da ordem pública.
- C) Exclusão de publicação relativa a fatos verídicos em decorrência da passagem do tempo.
- D) Desvinculação dos resultados da busca em *site* de pesquisa do nome de determinada pessoa com fato desabonador a seu respeito.

Questão 29

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende União, Estados e Municípios. Considera-se também um ente autônomo integrante da República:

- A) A Capital Federal.
- B) O Distrito Federal.
- C) O Território Federal.
- D) A Região Administrativa Federal.

Questão 30

Constam do regime jurídico dos servidores públicos diversos direitos que também são garantidos aos trabalhadores que exercem atividades regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Tanto ao trabalhador da iniciativa privada quanto ao servidor público é garantido:

- A) FGTS.
- B) Salário-família.
- C) A inamovibilidade.
- D) Seguro-desemprego.

Questão 31

As eleições diretas para cargos políticos utilizam um sistema misto para a definição dos candidatos eleitos. O adotado nas eleições para Presidente da República, Governadores e Prefeitos de Municípios com mais de 200 mil eleitores é o Sistema:

- A) Distrital.
- B) Proporcional.
- C) Majoritário simples.
- D) Majoritário absoluto.

Questão 32

No decorrer de um processo de licitação, um dos licitantes interpôs recurso administrativo que, verificou-se posteriormente, foi julgado por autoridade incompetente. Ao solicitar a declaração de nulidade deste ato, o licitante teve o pedido indeferido, porque, no caso concreto, após o julgamento do recurso, o procedimento licitatório foi homologado pela autoridade competente. Assim, o procedimento licitatório praticado:

- A) É inexistente.
- B) Foi convalidado.
- C) Era passível de anulação por vício de forma.
- D) Apresentou vício de competência por violação de competência exclusiva.

Questão 33

Em decorrência do Estado Democrático de Direito, que baliza os atos da administração, os agentes públicos, ao decidir, devem apresentar os fundamentos que os levarem a tal posicionamento. Esta orientação está de acordo com o seguinte princípio não previsto expressamente no texto constitucional:

- A) Motivo.
- B) Motivação.
- C) Publicidade.
- D) Moralidade.

Questão 34

É considerada uma prerrogativa da Administração a anulação dos atos por ela mesmo emitidos quando apresentarem vício de legalidade. Para que isso ocorra, é necessário que se observe o prazo de 5 anos, salvo se, nos termos legais, for comprovado(a):

- A) Má-fé.
- B) Dano patrimonial.
- C) Motivo de força maior.
- D) Ofensa a direitos transindividuais.

Questão 35

Sempre criado por ato legal, o órgão público pode ser classificado como independente, autônomo, superior e subalterno. Em comum todos eles apresentam:

- A) Patrimônio próprio.
- B) Personalidade judiciária.
- C) Personalidade jurídica própria.
- D) Pessoas físicas que atuam como agentes públicos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 36

São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por Lei Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de Direito Tributário. Segundo a Lei Orgânica do Município de São Joaquim da Barra-SP, são de competência do município impostos sobre:

- I. Propriedade predial e territorial urbana.
- II. Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo *diesel*.
- III. Transmissão, “*inter vivos*”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- IV. Serviços de qualquer natureza, incluindo operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 37

Papel Picado Ltda. e Letrinhas Azuis Ltda., juntamente com outras empresas, pretendem participar do processo licitatório organizado pela prefeitura de determinado município no intuito de fornecer folhas de papel A4. Para tanto, se organizaram e trocaram suas respectivas propostas, para todos tomarem conhecimento e, assim, programarem um rodízio para obterem contratações pelo valor que previamente foi definido entre elas, para ninguém sair na desvantagem. A empresa Papel Picado Ltda. não possui a intenção de firmar a contratação com a Administração Pública, apenas integrará o processo licitatório para ajudar as demais empresas concorrentes. Diante do caso hipotético e considerando o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), assinale a afirmativa correta sobre o referido procedimento licitatório.

- A) A empresa Papel Picado Ltda. não praticou conduta delituosa, uma vez que não auferiu benefício para si, diferente das demais, que responderão pelo crime de fraude em licitação ou contrato.
- B) A conduta praticada pelas empresas não incorre em prática delituosa, uma vez que o procedimento licitatório não restou frustrado e a ampla concorrência manteve-se diante do rodízio pactuado.
- C) As empresas, incluindo a Papel Picado Ltda., serão responsabilizadas pelo crime de frustração do caráter competitivo de licitação, uma vez que fraudaram o processo para obter vantagem, independente de para si ou para outrem.
- D) A empresa Papel Picado Ltda. assim como as demais responderão pelos crimes de violação de sigilo em licitação e contratação inidônea, pois fraudaram o procedimento com o objetivo de obter vantagens inidôneas para si e para outrem.

Questão 38

Caio, brasileiro, pessoa de considerável influência e bastante conhecido devido ao grande sucesso de suas empresas multinacionais de tecnologia, possui interesse que a prefeitura de determinado município adquira um de seus produtos. Para tanto, utilizando-se da imagem de sua marca e sua posição de prestígio, tentou persuadir Letícia, funcionária pública, a lhe conceder vantagens nas transações de compra com a Administração Pública, oferecendo-lhe benefícios para tanto. Letícia, pessoa de boa índole, recusou prontamente. Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta considerando o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

- A) Caio cometeu o crime de tráfico de influência, independente do aceite ou recusa de Letícia.
- B) Caio será responsabilizado pelo crime de exploração de prestígio, uma vez que utilizou de sua posição para obter vantagens.
- C) Resta caracterizado o crime de exploração de prestígio devido ao renome de Caio e ao fato de oferecer vantagens indevidas a Letícia, que, se tivesse aceitado, incorreria na mesma tipificação penal.
- D) Caso Letícia tivesse aceitado as vantagens oferecidas por Caio, ambos teriam cometido crime de tráfico de influência; contudo, a ausência de aceite descaracterizou a conduta delitiva mediante a impossibilidade de execução.

Questão 39

Marlene, maior e capaz, apresentou pedido de acesso à informação a uma entidade privada sem fins lucrativos que recebe recurso público para a realização de ações para a comunidade onde ela é residente. Sobre a solicitação de Marlene, com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a afirmativa correta.

- A) Marlene não possui autonomia para solicitar informações a esta entidade, uma vez que não se trata de órgão público.
- B) O pedido apresentado por Marlene deve ser realizado por meio legítimo, contendo a identificação da requerente, a especificação da informação requerida e o recibo de pagamento das custas da solicitação.
- C) A entidade poderá cobrar de Marlene, exclusivamente, o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos.
- D) O serviço de busca e de fornecimento de informação acionado por Marlene é oneroso, podendo ser gratuito, desde que seja comprovado que a sua situação econômica não lhe permita ressarcir os custos sem prejuízo do sustento próprio.

Questão 40

Paulo, Vicente e Verner estão se candidatando aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, respectivamente. Estão com dúvidas a respeito de suas possíveis remunerações, caso venham a ganhar a eleição. Diante do exposto e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município de São Joaquim da Barra-SP, assinale a afirmativa correta.

- A) A remuneração de Vicente não poderá exceder a 1/3 da que for fixada para Paulo.
- B) A remuneração de Verner terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Vicente.
- C) A remuneração de Paulo, Vicente e Verner será fixada pela Câmara Municipal, no último ano da legislatura, antes das eleições, vigorando para a legislatura seguinte.
- D) A remuneração de Paulo, no momento da fixação, não poderá ser superior ao maior padrão de vencimento pago a servidor do município e nem inferior à remuneração do Prefeito em exercício.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 41

Segundo a Constituição Federal de 1988: “Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu os limites da despesa total com pessoal em relação à _____ e definiu que sua verificação seja realizada ao final de cada _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Receita Corrente Total / bimestre
- B) Despesa Corrente Total / semestre
- C) Despesa Corrente Líquida / trimestre
- D) Receita Corrente Líquida / quadrimestre

Questão 42

Segundo a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos: “Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se [...] XXV – projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos [...]”. São elementos exigidos pelo referido dispositivo legal, **EXCETO**:

- A) Informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
- B) Levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados, e levantamentos necessários para execução da solução escolhida.
- C) Cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
- D) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos.

Questão 43

Conforme a Lei nº 14.133/2021: “Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: I – preparatória; II – de divulgação do edital de licitação; III – de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV – de julgamento; V – de habilitação; VI – recursal; VII – de homologação”. De acordo com o referido Instituto Legal, “a fase _____ compreende a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso; a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento; a elaboração do edital de licitação; já na fase _____, a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada e a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) preparatória / de julgamento
- B) de habilitação / de homologação
- C) de divulgação do edital de licitação / recursal
- D) de apresentação de propostas e lances / de habilitação

Questão 44

De acordo com a Lei nº 14.133/2021: “Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação [...]”. Constituem-se em caso de inexigibilidade e de dispensa de licitação, respectivamente:

- A) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha; para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 no caso de outros serviços e compras.
- B) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial, exclusivos; objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- C) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem; para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- D) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; para contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original destes equipamentos durante o período de garantia técnica.

Questão 45

A Administração Pública no direito pátrio é dividida em Direta e Indireta, fazendo parte dessa última, as autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

(Higa, Castro, Oliveira, 2018)

Analisar as características apresentadas a seguir.

- Pessoa Jurídica de Direito Público possui capacidade de autoadministração e é detentora de direitos e obrigações, poderes e deveres, prerrogativas e responsabilidades, para agir em nome próprio, executando atividades que são típicas da Administração Pública;
- Possui personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprios e não se subordina hierarquicamente à Administração Pública que a criou, embora esteja sob supervisão ministerial;
- Pode ser criada ou extinta, somente por lei específica, cuja iniciativa é do chefe do executivo;
- Responde, objetivamente, pelas obrigações assumidas e pelos danos que causar a terceiros;
- Seu regime jurídico é estatutário, com admissão via concurso público, exceto para os cargos de livre nomeação e exoneração; e,
- Seus atos são administrativos e suas contratações devem seguir a regra de direito público, qual seja, licitação e seus bens são de natureza pública.

As características apresentadas referem-se à entidade administrativa da Administração Indireta denominada:

- A) Autarquia.
- B) Fundação.
- C) Empresa Pública.
- D) Sociedade de Economia Mista.

Questão 46

A Administração Pública está subordinada aos princípios de Direito Administrativo e, em especial, aos princípios básicos instituídos no Art. 37, *caput*, da Constituição da República.

(Higa, Castro, Oliveira, 2018.)

Assinale a descrição que corresponde corretamente ao princípio apresentado.

- A) Princípio da Publicidade: conjunto de regras de conduta que deve nortear o agir da Administração Pública.
- B) Princípio da Eficiência: impõe à Administração Pública a obrigação de realizar suas ações com rapidez e perfeição.
- C) Princípio da Legalidade: dever de imparcialidade na defesa do interesse público; está associado com a noção de finalidade, que deve nortear toda a atividade administrativa.
- D) Princípio da Moralidade: a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite; a vontade da Administração Pública é aquela que decorre de lei e não da própria Administração ou seus agentes.

Questão 47

Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público.

(Higa, Castro, Oliveira, 2018.)

O Prefeito de determinado município havia concedido uma autorização a um munícipe para prática de pesca esportiva em um lago pertencente ao município; porém, passado algum tempo, foi editada uma lei que proibia a realização da tal atividade. Considerando o caso hipotético, a modalidade de extinção a ser aplicada corresponde à

- A) anulação do ato.
- B) revogação do ato.
- C) declaração de renúncia do ato.
- D) declaração de caducidade do ato.

Questão 48

Considerando a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 2º. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como [...] receita corrente líquida: somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes deduzidos [...]”. Em relação à apuração da Receita Corrente Líquida – RCL, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos Municípios não deve ser deduzida a parcela de valores pagos e recebidos para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
- II. Na União devem ser deduzidas as Transferências Constitucionais e Legais entregues aos Estados e não àquelas entregues aos Municípios.
- III. Na União, nos Estados e nos Municípios deve ser deduzida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.

IV. A Receita Corrente Líquida – RCL é apurada mediante o somatório das receitas arrecadas no mês de referência e os onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

Questão 49

A fase do processo orçamentário no Brasil de discussão, estudo e aprovação pelo Poder Legislativo da proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo, pode ser objeto de ajustes nas despesas e modificações na redação final.

(Sanchez, 2007.)

De acordo com o Art. 33 da Lei nº 4.320/1964, não são admitidas emendas ao Projeto de Lei de Orçamento que visem conceder ou alterar dotação para

- A) despesa de custeio, ainda que sua inexistência seja justificada e provada.
- B) o início de obra, mesmo que o projeto já esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- C) instalação ou funcionamento de serviço, mesmo que já tenha sido anteriormente criado e funcionando.
- D) elevar os quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Questão 50

A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, ao tratar da Gestão Patrimonial das Empresas Controladas pelo Setor Público dispõe que tais tipos de empresas podem firmar contrato de gestão onde sejam estabelecidos objetivos e metas de desempenho, desde que disponham de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, além de atender à legislação vigente e dispositivos constitucionais. Considerando o exposto, tais empresas controladas pelo setor público deverão incluir em seus balanços trimestrais notas explicativas informando, EXCETO:

- A) Recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação.
- B) Fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado.
- C) Aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos de seu patrimônio para o financiamento de despesas de custeio.
- D) Venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior completo; 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio completo (exceto Serviços Gerais); e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha somente para o cargo de Serviços Gerais. Será aplicada Prova Discursiva apenas para o cargo de Procurador Jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador Jurídico) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou, o material esteja incompleto, ou ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 3h00min (três horas) para todos os cargos de nível médio; 4h00min (quatro horas) para os cargos de nível superior, exceto Procurador Jurídico; e, 5h00min (cinco horas) para o cargo de Procurador Jurídico. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador Jurídico).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador Jurídico) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.